

Artigo

O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: desafios e potencialidades

The use of medicinal plants in primary health care: challenges and potential

Maria Clidineide da Silva Carlos¹, Aline Carla de Medeiros², Patrício Borges Maracajá² & Wan Walles Pereira Nunes¹

- 1- Alunos do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, campus Pombal, Paraíba. E-mails: clidineide@gmail.com; wanwalles@gmail.com;
- 2- Professores da Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, campus Pombal, Paraíba. E-mails: alinecarla.edu@gmail.com e patriciomaracaja@gmail.com.

Submetido em: 10/10/2024, revisado em: 18/10/2024 e aceito para publicação em: 03/11/2024.



Resumo: O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise por meio de uma revisão da literatura, os desafios e potencialidades do uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS), com foco em sua eficácia terapêutica, segurança, impacto econômico e relevância sociocultural no contexto das Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, utilizando as bases LILACS, SCIELO e BVS, com descritores relacionados ao tema. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 15 artigos publicados entre 2022 e 2024 foram selecionados para análise. Os resultados evidenciaram que o uso de plantas medicinais na APS oferece benefícios significativos, como acessibilidade, baixo custo e valorização do saber tradicional, especialmente em comunidades vulneráveis. Estudos demonstraram que as plantas medicinais são amplamente utilizadas pela população para tratamento e prevenção de doenças, com destaque para o capim-limão, hortelã-pimenta e boldo. Além disso, práticas como hortas medicinais e Farmácias Vivas foram apontadas como estratégias promissoras para integrar o conhecimento popular ao científico, fortalecendo a humanização do cuidado e promovendo o autocuidado. Apesar das potencialidades, a pesquisa também identificou desafios significativos. Entre eles, destacam-se a falta de capacitação específica dos profissionais de saúde, a insuficiência de investimentos em infraestrutura e insumos, e os riscos associados ao uso inadequado das plantas medicinais, como toxicidade e interações medicamentosas. A ausência de regulamentação abrangente e a desigualdade no acesso às terapias fitoterápicas foram barreiras importantes destacadas nos estudos. Além disso, a utilização de plantas medicinais é frequentemente feita sem orientação profissional, resultando em riscos à segurança do paciente. Conclui-se que a integração das plantas medicinais na APS requer uma abordagem interdisciplinar e estratégias de educação em saúde que promovam o uso seguro e racional. É essencial consolidar a fitoterapia como uma prática complementar no SUS, valorizando o saber tradicional e ampliando o acesso à saúde de forma equitativa e sustentável. A adoção de políticas públicas consistentes e o incentivo à pesquisa científica são passos indispensáveis para superar os desafios identificados e potencializar os benefícios dessa prática no contexto da APS. Assim, o uso de plantas medicinais pode contribuir significativamente para uma atenção integral e humanizada à saúde da população brasileira.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Fitoterapia. Plantas Medicinais. Políticas Públicas. Práticas Integrativas e Complementares.

Abstract: The present study aimed to analyze, through a literature review, the challenges and potentialities of using medicinal plants in Primary Health Care (PHC), focusing on their therapeutic efficacy, safety, economic impact, and sociocultural relevance within the context of Complementary and Integrative Practices in the Unified Health System (SUS). The research was conducted as an integrative literature review, using the LILACS, SCIELO, and BVS databases with descriptors related to the topic. After applying inclusion and exclusion criteria, 15 articles published between 2022 and 2024 were selected for analysis. The results showed that the use of medicinal plants in PHC offers significant benefits, such as accessibility, low cost, and the valorization of traditional knowledge, particularly in vulnerable communities. Studies revealed that medicinal plants are widely used by the population for disease treatment and prevention, with lemon grass, peppermint, and boldo being notable examples. Additionally, initiatives such as medicinal gardens and "Farmácias Vivas" were identified as promising strategies for integrating traditional knowledge with scientific understanding, enhancing care humanization and promoting self-care. Despite the potentialities, the research also identified significant challenges. These include the lack of specific training for health professionals, insufficient investments in infrastructure and supplies, and risks associated with the improper use of medicinal plants, such as toxicity and drug interactions. The absence of comprehensive regulation and inequities in access to phytotherapy therapies were highlighted as critical barriers in the studies. Moreover, medicinal plants are frequently used without professional guidance, posing risks to patient safety. It is concluded that integrating medicinal plants into PHC requires an interdisciplinary approach and health education strategies that promote safe and rational use. It is essential to consolidate phytotherapy as a complementary

practice within SUS, valuing traditional knowledge and expanding equitable and sustainable health access. The adoption of consistent public policies and encouragement of scientific research are indispensable steps to overcome the identified challenges and maximize the benefits of this practice in the PHC context. Thus, the use of medicinal plants can significantly contribute to comprehensive and humanized health care for the Brazilian population.

Keywords: Complementary and Integrative Practices. Medicinal Plants. Phytotherapy. Primary Health Care. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A Medicina Tradicional e Complementar (MTC) é amplamente praticada em diversas partes do mundo e reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma opção viável para ampliar o acesso aos serviços de saúde. Nesse contexto, a fitoterapia se destaca como uma alternativa acessível, confiável e alinhada com valores culturais de muitas comunidades, ganhando ainda mais relevância no cenário atual de restrições econômicas em vários países (Silva; Padilha, 2022).

O Brasil, com sua vasta biodiversidade, apresenta um grande potencial para o uso das práticas integrativas e complementares em saúde, como a utilização de fitoterápicos e plantas medicinais. Esses recursos naturais, além de serem acessíveis e de baixo custo, são frequentemente cultivados pelos próprios usuários dos serviços de saúde pública (Iank et al., 2017; Goés; Silva; Castro, 2019).

O uso de plantas medicinais é uma prática ancestral transmitida oralmente de geração em geração, representando uma importante alternativa terapêutica em diversas culturas. No Brasil, comunidades tradicionais, especialmente em regiões mais isoladas, utilizam essas plantas como recurso fundamental para atender às necessidades de saúde, principalmente na atenção primária. Essa prática é marcada pela preparação artesanal de remédios caseiros, que, apesar de suas variações nas fórmulas, compartilham saberes e técnicas comuns (Arnous et al., 2006; Souza Filho, 2011).

Desde a Declaração de Alma-Ata, em 1978, a OMS já enfatizava a importância do uso de plantas medicinais, considerando que aproximadamente 80% da população global faz uso dessas plantas ou de seus derivados (World Health Organization, 2013). Esse reconhecimento internacional influenciou diretamente os ideais do movimento da Reforma Sanitária, que incentivou a inclusão da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) (Figueiredo; Gurgel; Gurgel Júnior, 2014; Silva; Padilha, 2022).

Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) através da Resolução RDC n. 10, de 9 de março de 2010, define os medicamentos fitoterápicos como aqueles produzidos exclusivamente a partir de matérias-primas de origem vegetal. Tais medicamentos são caracterizados pela eficácia e riscos associados, bem como pela reprodutibilidade e qualidade constante. Sua eficácia e segurança são comprovadas por meio de estudos etnofarmacológicos, documentação científica e evidências clínicas (Brasil, 2010; Goés; Silva; Castro, 2019).

Para evitar o uso inadequado das práticas medicinais com plantas, o Ministério da Saúde, nas últimas décadas, tem promovido pesquisas nessa área e incentivado a implementação de programas de saúde que garantam o uso racional dos fitoterápicos. Nesse contexto, destacam-se a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, instituída pela Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), aprovada pelo Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Ambas as políticas têm como objetivo viabilizar tratamentos médicos baseados no uso de plantas medicinais e fitoterápicos, proporcionando novas alternativas terapêuticas, fomentando a abertura de novos mercados e superando obstáculos que antes eram considerados intransponíveis (Gonçalves et al., 2022).

O uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS) é justificado pela necessidade de promover práticas de cuidado acessíveis, culturalmente apropriadas e sustentáveis. O conhecimento tradicional associado às plantas medicinais representa um importante patrimônio cultural que pode ser incorporado ao sistema de saúde, oferecendo alternativas terapêuticas complementares ao modelo biomédico. Com o crescimento das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se essencial investigar os desafios e potencialidades dessa abordagem, garantindo o uso racional, seguro e eficaz dessas práticas. A integração das plantas medicinais na APS contribui ainda para ampliar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em regiões remotas ou com escassez de recursos.

Do ponto de vista acadêmico, esse estudo sistematiza os saberes tradicionais e científicos sobre o uso das plantas medicinais, incentivando a produção de evidências clínicas e etnofarmacológicas. Tal sistematização favorece a compreensão dos benefícios, riscos, toxicidade e possíveis interações medicamentosas, preenchendo lacunas existentes na literatura sobre a aplicabilidade dessas práticas na APS. Além disso, a pesquisa promove o diálogo entre o conhecimento popular e acadêmico, fortalecendo abordagens interdisciplinares entre saúde, ciências sociais e farmacologia.

Em termos econômicos, o uso de plantas medicinais pode se tornar uma alternativa de baixo custo para o sistema de saúde pública, especialmente em cenários de austeridade econômica. A fitoterapia pode reduzir os gastos com medicamentos industrializados e promover a autonomia das comunidades no cultivo e uso dessas plantas. A valorização das práticas tradicionais também pode fomentar novos mercados e gerar oportunidades econômicas, fortalecendo a cadeia

produtiva de plantas medicinais e incentivando o desenvolvimento de produtos fitoterápicos regulamentados, o que impulsiona a economia local e regional.

No aspecto social, o estudo ressalta a importância de valorizar e respeitar o conhecimento popular, sobretudo de comunidades tradicionais e rurais, que frequentemente dependem das plantas medicinais como principal recurso terapêutico. A inclusão dessas práticas na APS promove o empoderamento das comunidades, o resgate cultural e a preservação da biodiversidade. Além disso, contribui para a democratização do acesso à saúde, tornando as práticas integrativas e complementares mais visíveis e aceitas no âmbito das políticas públicas de saúde, fortalecendo um cuidado humanizado e holístico.

Realizar uma análise por meio de uma revisão da literatura, sobre os desafios e potencialidades do uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS), com foco em sua eficácia terapêutica, segurança, impacto econômico e relevância sociocultural no contexto das Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um Estudo do tipo Revisão Integrativa da Literatura, compreendendo seis etapas com base nos estudos de Mendes; Silveira e Galvão (2008): onde a primeira parte é realizado a seleção da questão para revisão; posteriormente a determinação dos critérios para seleção da amostra; bem como a definição das características da pesquisa; na quarta parte é realizado a análise dos dados; seguido da interpretação dos resultados e por último a apresentação da revisão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

A pergunta norteadora foi: Quais são os desafios e as potencialidades do uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde, com base nas evidências apresentadas na literatura científica?

Para levantamento dos artigos foram utilizadas as seguintes bases: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Portal Regional da BVS.

Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações “Plantas medicinais”, “Atenção Primária à Saúde”, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e “Sistema Único de Saúde”. A princípio, a busca pelos descritores foi dada individualmente, utilizando-se posteriormente o cruzamento a partir do operador booleano “and”.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos, em português e inglês; que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos 3 anos (2022 a 2024).

O processo de busca dos artigos obedeceu às especificidades de cada uma das bases de dados e a seleção destes, precisou satisfazer os seguintes critérios: obediência à temática do estudo, ou seja, capaz de responder à questão norteadora da pesquisa descrita no idioma português ou inglês, além de estar enquadrado no período de tempo proposto acima, e permitir a acessibilidade ao seu conteúdo completo.

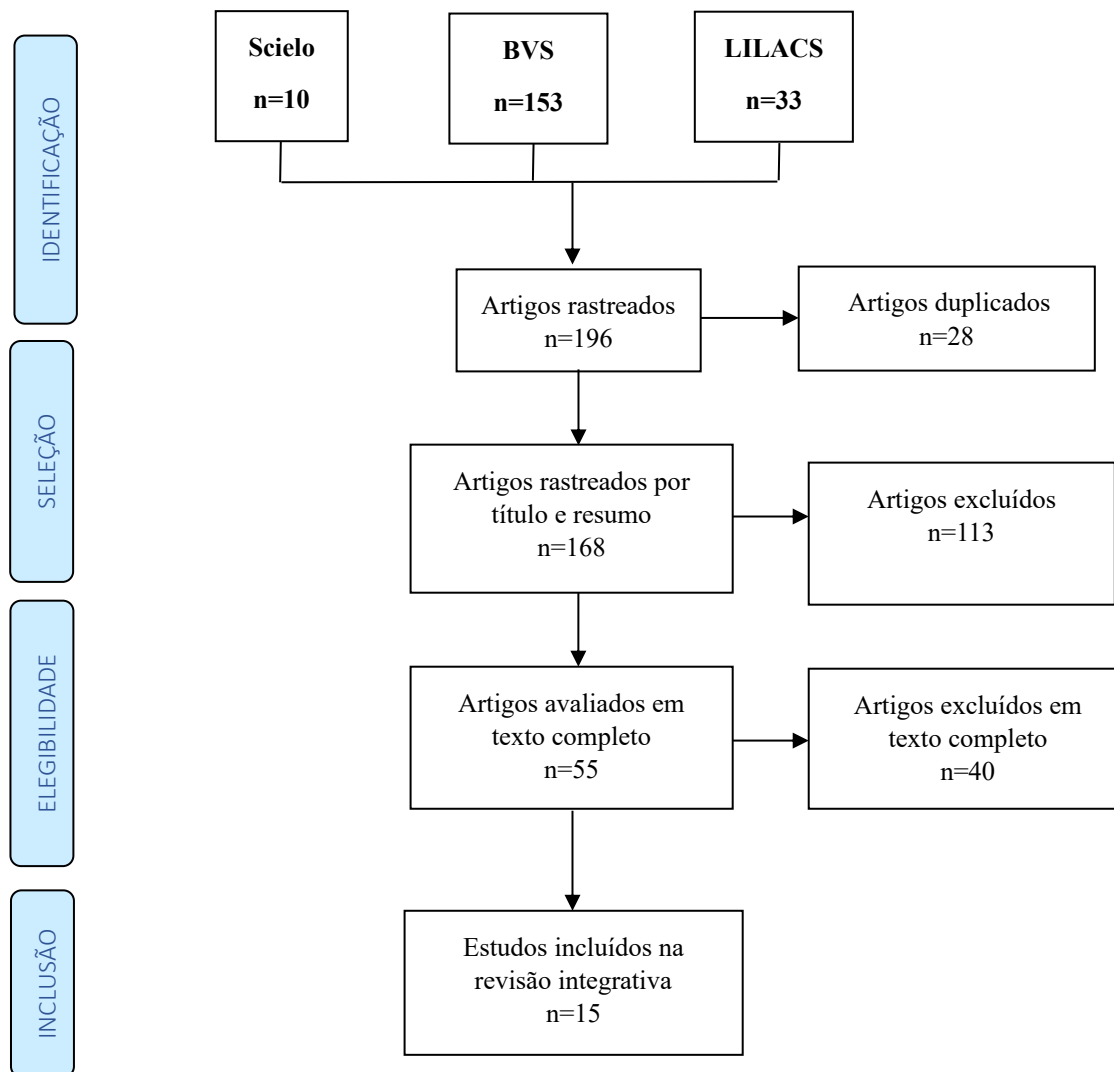
Tabela 1: Publicações encontradas nas bases de dados.

DESCRITORES	BASE DE DADOS		
	SCIELO	BVS	LILACS
Plantas medicinais And Atenção Primária à Saúde	03	60	11
Plantas medicinais And Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	06	48	12
Plantas medicinais And Sistema Único de Saúde	01	45	10
Artigos Selecionados	02	09	04

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O fluxograma abaixo demonstra o método utilizado para a seleção dos artigos:

Figura 1: Fluxograma de seleção dos estudos.



Fonte: Diagrama de Fluxo segundo a recomendação PRISMA (Moher et al., 2009).

A realização do levantamento bibliográfico aconteceu no mês de dezembro de 2024. Diante dos requisitos mencionados e excluindo-se os artigos repetitivos nas bases de pesquisa utilizadas, foram selecionados 15 (quinze) artigos, dos quais foram submetidos a releituras, a fim de concretizar uma análise interpretativa direcionada pela questão condutora.

4 RESULTADOS

Abaixo destaca-se a tabela 2 com os artigos selecionados e organizado por Título; Autor/Ano; Orientação Metodológica; Objetivo e Principais resultados.

Título	Autor/Ano	Orientação Metodológica	Objetivo	Principais Resultados
Uso de plantas medicinais por usuários de um serviço de atenção primária à saúde	Goés et al., (2022)	Estudo quantitativo descritivo, por meio de estudo de caso, com 100 entrevistados em áreas urbana e rural do município de Benevides, Pará.	Identificar o uso de plantas medicinais entre usuários de um serviço de Atenção Primária à Saúde.	Aproximadamente 80% dos usuários obtêm informações sobre plantas medicinais com familiares, enquanto 60% realizam o cultivo em suas propriedades particulares. Observou-se uma limitação significativa de informações relacionadas à eficácia terapêutica e aos possíveis eventos adversos, além de uma orientação profissional restrita quanto ao uso adequado das plantas medicinais.

Educação em Saúde acerca do uso da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde	Neves et al., (2022)	Revisão integrativa com análise de estudos e categorização dos principais achados em eixos temáticos.	Discutir a importância da educação em saúde acerca do uso da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde	A educação em saúde facilita a adesão ao uso correto das plantas medicinais, reduzindo riscos de toxicidade e interações medicamentosas. Profissionais devem correlacionar os saberes populares com o conhecimento científico, promovendo uma assistência humanizada e segura que fortaleça o cuidado integral na APS.
Fitoterapia e desmedicalização na Atenção Primária à Saúde: um caminho possível?	Silva e Padilha (2022)	Trata-se de um ensaio teórico desenvolvido a partir da análise do contexto, abordando a viabilidade de combater a medicalização no âmbito do SUS por meio do uso da fitoterapia.	Debater possibilidades de uso da fitoterapia no enfrentamento da sobre medicalização para promover a prevenção quaternária na Atenção Primária à Saúde	Os resultados destacam a fitoterapia como uma prática acessível e amplamente utilizada pela população brasileira. A fitoterapia é apresentada como uma alternativa viável para reduzir a medicalização ao ser integrada ao método clínico centrado na pessoa. Além disso, essa prática pode atuar como aliada na prevenção quaternária, ao promover a convergência entre o saber tradicional e o conhecimento técnico-científico, possibilitando uma forma de cuidado que se contrapõe à lógica predominante.
O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: uma análise preliminar	Milani et al., (2023)	Trata-se de um estudo transversal de base populacional realizado com 641 usuários da Atenção Primária à Saúde em dois municípios do interior paulista.	Analisar a utilização de plantas medicinais pelos usuários da atenção primária de saúde em municípios do interior paulista	Com base nos resultados observa-se que o uso de plantas medicinais pelos usuários da Atenção Primária à Saúde, tanto para a prevenção de doenças quanto como alternativa terapêutica, é uma prática comum nos municípios onde o estudo foi conduzido. O conhecimento e a tradição relacionados ao uso dessas plantas têm sido transmitidos ao longo das gerações, mantendo-se como uma prática culturalmente relevante e amplamente difundida na atualidade.
Uso de plantas medicinais por usuários na atenção primária à saúde: uma abordagem complementar ao tratamento convencional	Santos et al., (2024)	Trata-se de uma revisão integrativa de abordagem qualitativa	Analisar pesquisas que abordem os benefícios do uso de plantas medicinais na melhoria da qualidade de vida dos usuários na atenção primária à saúde, destacando-se a importância dessa prática para o bem-estar cotidiano.	O uso dessas plantas pela população contribui para a melhoria da qualidade de vida, ao possibilitar o acúmulo de experiência e o acesso a espécies vegetais que, de outra forma, seriam inacessíveis em muitas regiões. Ao considerar os aspectos culturais e regionais, observa-se que a predominância do uso de plantas medicinais nas regiões Norte e Nordeste está fortemente relacionada à influência da ancestralidade indígena nessas áreas, além do papel significativo desempenhado pelos produtores da agricultura familiar nas práticas de cuidado com a saúde.
Plantas medicinais na atenção primária à saúde: riscos, toxicidade e potencial para interação medicamentosa	Gonçalves et al., (2022)	Pesquisa exploratória e descritiva com 31 famílias.	Realizar um levantamento etnobotânico e etnofarmacológico junto à população da área de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família (USF) rural localizada em um	O uso terapêutico de plantas medicinais é uma prática milenar, acessível e amplamente integrada aos cuidados tradicionais de saúde, especialmente entre populações com vulnerabilidade econômica ou com acesso restrito aos serviços médicos. No estudo, observou-se que 80,65% dos domicílios rurais investigados faziam uso de plantas medicinais in natura para fins terapêuticos, muitas vezes combinadas

			município da região Sul do Brasil.	com medicamentos sintéticos de uso contínuo, sem o conhecimento ou orientação de profissionais de saúde.
A utilização de plantas medicinais na atenção primária à saúde: eficácia, segurança e integração no Sistema Único de Saúde (SUS).	Silva et al., (2024)	Trata-se de uma revisão integrativa	Analisar a literatura científica sobre a utilização de PM na Atenção Primária a Saúde (APS),	A incorporação das plantas medicinais no SUS, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para fortalecer um sistema de saúde mais abrangente, equitativo e acessível. Essa integração busca valorizar o conhecimento tradicional e a diversidade cultural, promovendo a saúde e o bem-estar da população de maneira integral e sustentável.
Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde em uma capital do nordeste brasileiro	Ferreira et al., (2024)	Trata-se de estudo transversal, com análise dos módulos I e II do 3º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica.	Descrever a oferta, o trabalho e a educação permanente em torno das Práticas Integrativas e Complementares (PIC), na perspectiva dos profissionais de saúde	O estudo analisou o perfil de 186 profissionais de saúde, destacando dados sobre as Práticas Integrativas e Complementares (PIC), processos de trabalho e educação permanente. Entre os participantes, 88,7% relataram ofertar alguma prática, com os enfermeiros sendo os principais responsáveis (96,2%). As práticas mais comuns foram auriculoterapia (83,3%), uso de plantas medicinais e fitoterápicos (77,9%) e terapia comunitária (48,9%). O estudo destaca a necessidade de incentivos para melhorar a oferta e qualificação dessas práticas no sistema de saúde.
Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas	Cherobin et al., (2022)	Trata-se de pesquisa documental descritiva de análise qualitativa	Identificar a sequência temporal e evolução dos marcos legais associados às políticas públicas de plantas medicinais, discutindo as implicações dessa evolução.	Embora o uso da flora nacional possua uma longa tradição, as regulamentações específicas relacionadas à sua aplicação na área da saúde são relativamente recentes. O Brasil, que detém a maior biodiversidade do mundo, somente em 2006 aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
Plantas medicinais, saúde bucal e SUS: uma difícil integração das políticas públicas no interior da Bahia?	Teixeira e Conceição (2023)	Estudo exploratório de abordagem qualitativa em oito Unidades Básicas de Saúde com 24 participantes	Analisar os conhecimentos, percepções e práticas de equipes de Saúde Bucal e de agentes comunitários de saúde acerca das políticas públicas que regulamentam a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos no contexto das práticas integrativas e complementares	Os conhecimentos, percepções e práticas dos participantes do estudo sobre as políticas públicas relacionadas à inclusão de plantas medicinais no SUS revelaram influências da cultura predominante, de uma formação em saúde tradicional e fragmentada, do (des)compromisso administrativo do município e das subjetividades individuais, que são moldadas e perpetuadas nos serviços de saúde bucal da Atenção Primária à Saúde (APS) local.

<p>Cultivo Biodinâmico de Plantas Medicinais em Agroflorestas na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis: uma proposta pedagógica de formação-ação</p>	<p>Knierim et al., (2022)</p>	<p>Trata-se de uma revisão bibliográfica</p>	<p>O estudo explorou o processo de formação-ação, as ferramentas pedagógico-metodológicas, a estrutura político-pedagógica do cultivo biodinâmico de plantas medicinais e suas conexões com as Práticas Integrativas e Complementares (PICs).</p>	<p>Os resultados desse estudo indicam que a formação-ação no contexto da saúde coletiva é uma estratégia eficaz para resistir ao modelo de agronegócio excludente e prejudicial, promovendo mudanças significativas na percepção, pensamento e comportamento em relação ao uso da terra. A iniciativa fortaleceu o movimento agroecológico, as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) e relações mais solidárias, democráticas e inclusivas com a natureza.</p>
<p>Analyzing Potential Interactions Between Complementary and Alternative Therapies, Over-the-Counter, and Prescription Medications in the Older Population.</p>	<p>Jaqua et al., (2024)</p>	<p>Um estudo transversal de 2 anos, aprovado pelo Institutional Review Board, inscreveu 420 participantes com 65 anos ou mais de uma clínica de cuidados primários geriátricos.</p>	<p>Avaliar interações clinicamente significativas de CAM e medicamentos prescritos em uma clínica geriátrica, enfatizando a crescente importância de compreender as implicações de CAM nos cuidados de saúde.</p>	<p>Este estudo destacou o uso significativo da medicina complementar e alternativa e/ou medicamentos OTC, particularmente entre idosos vulneráveis, revelando uma taxa preocupante de 15,6% de potenciais interações medicamentosas. As descobertas enfatizaram a necessidade de conscientização entre os profissionais de saúde e pesquisas padronizadas de CAM para aumentar a precisão e a segurança do paciente.</p>
<p>A aplicabilidade das pics na assistência de enfermagem em pacientes com doença crônica: revisão integrativa</p>	<p>Silva e Belfort (2023)</p>	<p>Trata-se de uma revisão integrativa</p>	<p>Descrever a atuação da enfermagem através de Planos de ações por intermédio das PICs em indivíduos com diminuição da qualidade de vida em razão do desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas</p>	<p>As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) têm sua aplicabilidade consolidada e são amplamente utilizadas como intervenção terapêutica em indivíduos com doenças crônicas degenerativas. Entre as práticas mais comuns destacam-se o uso de plantas medicinais, reiki, homeopatia, acupuntura e auriculoterapia. Contudo, no âmbito da assistência de enfermagem, foram identificados desafios relacionados à capacitação profissional.</p>
<p>Use of herbal medicinal products among patients in primary health care in a Brazilian southeastern city: evidence from the Prover Project</p>	<p>Cota et al., (2024)</p>	<p>Foi realizado um estudo transversal combinado com pesquisa documental, envolvendo entrevistas com 1.221 adultos após dispensação em unidades de atenção primária à saúde.</p>	<p>Determinar a prevalência e os fatores associados ao uso de medicamentos fitoterápicos entre pacientes da atenção primária à saúde no sudeste do Brasil.</p>	<p>Embora o uso de produtos medicinais à base de plantas seja baixo, os usuários enfrentam um elevado risco de interações medicamentosas e redundância terapêutica. É essencial oferecer atenção especial a pacientes que utilizam simultaneamente produtos fitoterápicos e medicamentos alopáticos. Mulheres com ansiedade, transtornos de humor ou depressão demonstraram maior probabilidade de recorrer a produtos fitoterápicos, enquanto indivíduos não brancos apresentaram 48% menos chances de utilizá-los, indicando possíveis desigualdades socioeconômicas no acesso a essas terapias.</p>

Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família	Caboclo et al., (2022)	Estudo quantitativo, transversal, com aplicação de questionário contendo perguntas sobre a fitoterapia.	Verificar o conhecimento sobre a prática da fitoterapia por profissionais de saúde em unidades de Estratégia Saúde da Família	Observou-se que 58% dos profissionais não conseguiam distinguir entre fitoterápicos e plantas medicinais, enquanto 52% demonstraram desconhecimento sobre como orientar ou citar nomes de medicamentos derivados de plantas, e 53% não souberam realizar tais orientações. Além disso, 88% não tiveram formação ou disciplina específica na área, embora 86% manifestassem interesse em obter qualificação nesse tema. Entre os prescritores, 72,1% relataram prescrever fitoterapia raramente ou nunca em sua prática profissional. Em conclusão, o estudo revelou lacunas significativas no conhecimento sobre fitoterapia e destacou a necessidade de capacitação dos profissionais das ESF para que possam prescrever e orientar com maior segurança sobre os riscos e benefícios das plantas como alternativa terapêutica.
---	------------------------	---	---	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Os resultados deste estudo foram estruturados em três principais áreas temáticas para facilitar a análise e a discussão. Primeiramente, são apresentados os benefícios associados ao uso de plantas medicinais. Em seguida, aborda-se o papel das políticas públicas e a implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, discute-se os desafios enfrentados na utilização de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS).

5 DISCUSSÃO

5.1 Benefícios do Uso de Plantas Medicinais

As plantas contêm compostos fitoquímicos que, de forma natural, podem interagir sinergicamente, potencializando seus efeitos e oferecendo um conjunto ainda maior de benefícios à saúde. O estudo de Jaqua et al. (2024) destacou a significativa prevalência de interações medicamentosas potenciais em idosos que utilizam plantas medicinais. Os dados do estudo de Jaqua et al. (2024) mostraram que muitos pacientes relataram o uso de plantas medicinais, mas os profissionais de saúde frequentemente não questionaram diretamente sobre essas práticas. Esse hiato na comunicação evidencia a necessidade de maior conscientização e proatividade dos profissionais de saúde ao abordar o uso de plantas medicinais com pacientes idosos (Jaqua et al. 2024).

Para Santos et al., (2024) o uso de plantas medicinais vem do conhecimento tradicional das comunidades, e desempenha um papel essencial na identificação de novas espécies vegetais e na compreensão das propriedades terapêuticas das plantas medicinais. A utilização dessas plantas pela população não apenas promove melhorias na qualidade de vida, mas também proporciona oportunidades de exploração de espécies que seriam inacessíveis em diversas regiões. O modo de preparo das plantas varia conforme a doença a ser tratada e inclui diferentes formas, como chás, óleos e outras preparações, sendo os chás e as "garrafadas" as formas mais populares. Esse uso diversificado reflete a adaptação cultural das práticas ao longo do tempo, integrando-se às necessidades locais de cuidado com a saúde (Santos et al., 2024).

Ao considerar os aspectos culturais e regionais, observa-se que o uso de plantas medicinais é mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, influenciado pela forte ancestralidade indígena e pela participação ativa dos agricultores familiares. Esse vínculo cultural enriquece a medicina tradicional, consolidando o papel das plantas medicinais como recurso terapêutico e culturalmente significativo. Além de fortalecer os laços comunitários, essa prática complementar contribui para uma abordagem de saúde mais holística e integrada. Conforme ressaltado por Santos et al., (2024) os fitoterápicos, considerados os primeiros medicamentos da humanidade, continuam essenciais na atualidade, destacando a importância de unir os saberes tradicionais ao conhecimento científico moderno para promover um cuidado de saúde culturalmente contextualizado e eficaz (Santos et al., 2024).

Para Teixeira e Conceição (2023), a implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e do uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PMF) é algo bem recebida pela população. A Atenção Primária à Saúde (APS) apresenta grande potencial para iniciativas como hortas medicinais ou a criação de Farmácias Vivas, que também podem ser concebidas como espaços que aproximam a Equipe de Saúde das realidades locais; enriquecem o diálogo interdisciplinar; e possibilitam a criação de formas de cuidado mais humanizadas, colaborativas e integrais. Nesse contexto, valorizar as PICS pode ser essencial para enfrentar a medicalização excessiva, reduzir preconceitos em relação

aos saberes populares e tradicionais, ampliar a percepção sobre aspectos sociais, subjetivos e culturais, fortalecer a relação entre profissionais e pacientes, além de promover o autocuidado (Teixeira; Conceição, 2023).

Na mesma linha de pensamento, destaca-se os resultados do estudo de Silva e Belfort (2023) que evidenciam que as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) são amplamente utilizadas como uma abordagem terapêutica para pacientes com doenças crônicas degenerativas, promovendo uma melhora significativa na qualidade de vida. Dentre as práticas mais frequentes destacam-se o uso de plantas medicinais, reiki, homeopatia, acupuntura e auriculoterapia. Essas intervenções têm demonstrado eficácia na redução de sintomas, como dor e ansiedade, além de favorecer o bem-estar físico, mental e emocional dos pacientes (Silva; Belfort, 2023).

O estudo de Silva e Padilha (2022) discute as possibilidades do uso da fitoterapia como uma estratégia para enfrentar a medicalização na Atenção Primária à Saúde (APS), promovendo a prevenção quaternária. A fitoterapia, ao ser acessível, confiável e culturalmente aceita, torna-se uma alternativa viável ao modelo biomédico hegemônico. Os autores destacam que o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente após a criação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), tem incentivado programas de fitoterapia em diversas regiões do Brasil, com o objetivo de oferecer uma prática terapêutica que integre os saberes tradicionais ao conhecimento técnico-científico. Essa abordagem contribui para ampliar as possibilidades de cuidado, reduzir intervenções desnecessárias e fortalecer o protagonismo da pessoa no autocuidado (Silva; Padilha, 2022).

Os resultados do estudo de Silva e Padilha (2022) sugerem que a fitoterapia, aliada ao Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), proporciona uma abordagem mais humanizada e integral no atendimento à saúde. O MCCP, ao valorizar a escuta ativa e a construção compartilhada de planos terapêuticos, permite que o profissional de saúde considere as expectativas, experiências e o contexto sociocultural do usuário. Assim, o uso das plantas medicinais, enraizado na cultura popular, é resgatado como um recurso terapêutico legítimo e integrado ao cuidado clínico, promovendo o fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade e facilitando a aceitação das práticas de saúde ofertadas no SUS (Silva e Padilha, 2022).

Além disso, para os autores embora a fitoterapia possua grande potencial para combater a lógica da medicalização, é fundamental que os profissionais estejam capacitados para orientar seu uso de forma adequada e segura. A ausência de formação específica sobre práticas integrativas e complementares durante a graduação e a falta de capacitação permanente são identificadas como desafios que dificultam a aplicação efetiva da fitoterapia na APS. Portanto, é necessário que a inserção da fitoterapia seja acompanhada de educação permanente, com vistas à união harmônica entre os saberes tradicionais e a ciência, garantindo um cuidado alternativo, racional e que respeite a autonomia dos indivíduos no processo terapêutico (Silva e Padilha, 2022).

Milani et al. (2023) investigaram o uso de plantas medicinais por usuários da Atenção Primária à Saúde (APS) em dois municípios do interior paulista, São José do Rio Preto e Guapiaçu. Os resultados revelaram que 71,5% dos pacientes entrevistados relataram utilizar ou já terem utilizado plantas medicinais como forma de cuidado, seja para prevenção de doenças ou como tratamento alternativo. Além disso, 49,5% dos participantes cultivavam alguma planta medicinal em suas residências, evidenciando o enraizamento dessa prática na cultura local e sua continuidade ao longo das gerações. O conhecimento sobre as plantas foi transmitido principalmente pelos pais e avós, citado por 72,7% dos entrevistados, o que reforça a importância do saber popular na preservação dessa prática (Milani et al. 2023).

Entre as plantas mais utilizadas e cultivadas, destacaram-se o capim-limão (50,3% vs. 50,2%), a hortelã-pimenta (45,3% vs. 44,8%) e o falso boldo (32,1% vs. 40,7%), seguidas por outras espécies como camomila, erva-doce, gengibre e guaco. Os dados mostram uma forte relação entre o uso de plantas medicinais e o autocuidado, além de sua aplicação como medida terapêutica complementar. No entanto, 23,1% dos participantes relataram utilizar remédios caseiros em situações de doença, enquanto 26,8% mencionaram praticar automedicação, o que levanta a necessidade de orientações específicas para evitar o uso inadequado e possíveis riscos à saúde (Milani et al. 2023).

Os resultados do estudo de Milani et al. (2023) evidenciam a relevância das plantas medicinais na APS, mas também apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas à orientação e supervisão do uso dessas práticas. A implementação de hortas terapêuticas em parceria com as Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) é sugerida como uma medida para fortalecer a prática de forma segura e acessível. Além disso, a valorização do conhecimento tradicional aliado à ciência pode contribuir para a promoção da saúde integral, oferecendo alternativas complementares ao modelo biomédico tradicional e fortalecendo o vínculo entre as equipes de saúde e a comunidade (Milani et al. 2023).

Nesse contexto, o Brasil apresenta um cenário favorável para o avanço da fitoterapia, com o uso de plantas medicinais sustentado pelo conhecimento tradicional aliado à validação científica por meio de tecnologias modernas. No entanto, sem ações governamentais efetivas que gerem impactos significativos nas práticas sociais, essa política pode continuar vulnerável e com uma implementação incerta. Portanto, é fundamental que haja uma mobilização política nos conselhos de saúde e em outras instâncias do poder público para garantir sua defesa e consolidação (Cherobin et al., 2022).

Por um lado, os marcos legais têm favorecido a institucionalização progressiva das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro, ainda persistem desafios consideráveis para a implementação dessas políticas, como a necessidade de criar legislações específicas nos níveis estadual e municipal. Essas normas devem assegurar recursos financeiros adequados para que a política seja efetivamente solidificada, garantindo sua continuidade e impacto na atenção à saúde (Cherobin et al., 2022).

5.2 Políticas Públicas e Implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no SUS

O Brasil apresenta um cenário favorável para o avanço da fitoterapia, com o uso de plantas medicinais sustentado pelo conhecimento tradicional aliado à validação científica por meio de tecnologias modernas. No entanto, é fundamental que haja uma mobilização política nos conselhos de saúde e em outras instâncias do poder público para garantir sua defesa e consolidação (Silva et al., 2020).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) tem sido amplamente implementada na Atenção Primária à Saúde (APS), promovendo a integração de terapias convencionais com práticas complementares. Essa abordagem holística busca melhorar a qualidade de vida dos usuários, ao oferecer diversas opções terapêuticas, como a fitoterapia e o uso de plantas medicinais. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) incentivam o autocuidado e a autonomia dos usuários, permitindo que eles tenham protagonismo e corresponsabilidade na escolha de tratamentos alternativos. Além disso, atividades em grupo desempenham um papel importante na promoção da saúde e no fortalecimento do vínculo entre os usuários e os serviços de saúde, criando uma relação mais participativa e centrada no paciente (Santos et al., 2024).

Em 2009, o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos introduziu a Relação Nacional de Plantas Mediciniais de Interesse ao SUS (RENISUS), um marco importante no contexto das práticas integrativas e complementares no Brasil. Essa lista foi elaborada com o objetivo de definir 71 espécies de plantas consideradas prioritárias para pesquisas científicas e desenvolvimento de fitoterápicos, garantindo sua utilização pela população de forma segura, eficaz e baseada em evidências. A RENISUS serve como referência para orientar estudos que busquem validar as propriedades medicinais dessas plantas, promovendo sua incorporação no sistema de saúde e ampliando o acesso a tratamentos alternativos e complementares (Cherobin et al., 2022).

Os resultados de Santos et al. (2024) destacaram a importância das PNPIC como ferramentas terapêuticas que integram abordagens alternativas para melhorar a qualidade de vida dos usuários na APS. A incorporação das PICS no Sistema Único de Saúde (SUS) atua como um complemento à assistência tradicional, ao proporcionar estratégias de autocuidado, promoção da saúde e bem-estar geral. Além de aprimorar os serviços na APS, essas práticas têm potencial para beneficiar outros níveis de atendimento, conectando a medicina popular com práticas integrativas respaldadas por políticas públicas, o que fortalece o cuidado integral e humanizado na saúde pública brasileira (Santos et al., 2024).

Cherobin et al. (2022) destacam os avanços significativos alcançados pelo Brasil no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS). Os autores ressaltam que, apesar de a flora nacional ser amplamente utilizada desde tempos ancestrais, a institucionalização desse conhecimento é recente, com marcos legais importantes, como a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Essas políticas representam um esforço para integrar as práticas tradicionais à atenção primária à saúde, promovendo a valorização da biodiversidade brasileira e do saber popular. Contudo, os resultados evidenciam que a implementação dessas políticas ainda enfrenta entraves, como a falta de investimentos consistentes em pesquisa científica, infraestrutura e capacitação de profissionais de saúde (Cherobin et al., 2022).

O estudo também revela que a ausência de recursos financeiros específicos e incentivos governamentais limita a consolidação dessa prática no SUS. Apesar dos avanços regulatórios, como a Relação Nacional de Plantas Mediciniais de Interesse ao SUS (RENISUS) e a inclusão das práticas integrativas na Tabela de Serviços do SUS, a efetiva implementação depende de ações governamentais mais robustas e do compromisso político em todas as esferas administrativas. Cherobin et al. (2022) enfatizam que a combinação entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais é essencial para garantir a segurança, eficácia e qualidade no uso das plantas medicinais, sendo necessário fortalecer as parcerias entre universidades, centros de pesquisa e comunidades tradicionais (Cherobin et al., 2022).

Para Silva et al. (2024) o uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS) representa uma oportunidade significativa para o Sistema Único de Saúde (SUS), estando em conformidade com os princípios defendidos pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), como a integralidade e a equidade. Ao incorporar terapias que são eficazes, seguras e culturalmente aceitas, a fitoterapia pode contribuir para a ampliação do acesso aos cuidados de saúde, especialmente em comunidades mais vulneráveis, promovendo a autonomia dos indivíduos e incentivando o autocuidado como parte essencial da atenção integral à saúde.

Além disso, a imensa biodiversidade brasileira e o conhecimento tradicional transmitido entre gerações sobre o uso das plantas medicinais configuram um patrimônio inestimável, que merece ser valorizado e integrado ao sistema público de saúde. Esse potencial pode não apenas oferecer alternativas terapêuticas acessíveis e de baixo custo, mas também fortalecer o vínculo entre os saberes populares e o conhecimento técnico-científico, promovendo práticas de saúde mais humanizadas, sustentáveis e alinhadas à realidade cultural e social das diversas regiões do país (Silva et al., 2024).

Ferreira et al. (2024) destaca que os profissionais de enfermagem devem se destacar como protagonistas na oferta das Práticas Integrativas e Complementares (PIC). Por integrarem a equipe mínima das Estratégias de Saúde da Família (ESF), o trabalho da enfermagem está fortemente ligado a uma abordagem de cuidado em saúde mais holística e integral. As PIC contribuem para ampliar o acesso dos usuários a um atendimento integral, humanizado e centrado nas necessidades individuais, o que está em consonância com os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Colaborando, o estudo de Knierim et al. (2022) destaca que a formação-ação em cultivo biodinâmico de plantas medicinais em agroflorestas desempenha um papel estratégico na promoção de territórios saudáveis e sustentáveis. Essa

abordagem educacional mostrou-se eficaz ao integrar conhecimentos técnico-científicos com práticas locais, promovendo um diálogo entre saberes populares e acadêmicos. Os resultados indicam que essa metodologia fortaleceu o movimento agroecológico, ampliou a capacidade dos profissionais e comunidades em responder às demandas de saúde e sustentabilidade, e potencializou a aplicação de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a estrutura pedagógica baseada na Pedagogia da Alternância contribuiu para a formação de agentes transformadores, capazes de atuar com protagonismo em suas comunidades (Knierim et al., 2022).

Outro ponto relevante foi o impacto positivo nas comunidades e nos profissionais envolvidos, tanto na qualificação das práticas intersetoriais de saúde quanto no estímulo à inovação tecnológica e social. A formação possibilitou o desenvolvimento de projetos de intervenção baseados em diagnósticos participativos e territorialização, promovendo a articulação entre teoria e prática. Os participantes relataram mudanças significativas em suas percepções e práticas, refletindo um fortalecimento da agroecologia e das práticas biodinâmicas como alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico de agronegócio. O estudo evidencia a importância de integrar saúde, educação e agroecologia para a construção de territórios mais inclusivos, resilientes e comprometidos com o bem-estar coletivo (Knierim et al., 2022).

Para Teixeira e Conceição (2023) a inclusão efetiva da fitoterapia no SUS requer a realização de um ciclo complexo, que abrange desde o cultivo ou aquisição das Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PMF) até o treinamento específico para os profissionais responsáveis pela prescrição na atenção básica. Além disso, é essencial garantir que os medicamentos não percam a validade nos estoques, evitando desperdícios e a desvalorização dessa prática nos municípios.

Ainda assim, a transformação desse cenário é um desafio significativo, e a responsabilidade pela inclusão das PMF não deve recair exclusivamente sobre o poder público. É necessário o envolvimento de profissionais de saúde, gestores, acadêmicos, indústrias e a população em geral, utilizando as instâncias de participação social para construir soluções coletivas que promovam, acima de tudo, melhorias na saúde. Ressalta-se, no entanto, que é crucial que os gestores da área da saúde possuam um perfil profissional alinhado às exigências do cargo, com experiência administrativa, conhecimento das especificidades e diretrizes do SUS, além de uma visão humanizada e integral do cuidado (Teixeira; Conceição, 2023).

5.3 Desafios do Uso de Plantas Medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS)

A incorporação efetiva das plantas medicinais no Sistema Único de Saúde (SUS) exige uma abordagem cuidadosa e fundamentada, que combine responsabilidade técnica com base em evidências científicas consistentes. Para alcançar esse objetivo, é essencial a participação ativa de diversos atores, como profissionais de saúde, pesquisadores, gestores, a indústria farmacêutica e a própria população. A padronização na produção, o rigoroso controle de qualidade, a capacitação adequada dos profissionais e a educação em saúde da população são pilares fundamentais para assegurar o uso seguro e eficaz das plantas medicinais, mitigando possíveis riscos e maximizando seus benefícios (Silva et al., 2024).

Além disso, é imprescindível o investimento contínuo em pesquisa científica, visando aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de ação, os potenciais terapêuticos e as possíveis interações das plantas medicinais. A realização de estudos clínicos bem estruturados e metodologicamente robustos é crucial para gerar evidências sólidas que embasem a introdução de novas terapias fitoterápicas no SUS, bem como aprimorem as práticas já existentes. Somente por meio dessa integração entre ciência, capacitação e participação social será possível consolidar o uso das plantas medicinais como uma estratégia segura e eficiente no cuidado à saúde da população (Silva et al., 2024).

Ferreira et al., (2024) evidencia uma carência significativa de incentivos e suporte, principalmente devido à falta de insumos necessários para o desenvolvimento pleno das Práticas Integrativas e Complementares (PIC). Essa limitação compromete a oferta de cuidados com a qualidade esperada, dificultando a implementação efetiva dessas práticas na Atenção Primária à Saúde (APS). Para superar esse desafio, torna-se essencial investir na Educação Permanente em Saúde (EPS), com foco no fortalecimento do cuidado integral, alinhado aos princípios das PIC. Essa abordagem deve transcender a lógica estritamente biomédica, incorporando uma visão ampliada da saúde que valorize as dimensões sociais, culturais e individuais dos usuários. Dessa forma, o processo de trabalho em saúde será qualificado, permitindo a oferta de práticas mais humanizadas, resolutivas e acessíveis à população atendida pela APS. Além disso, é necessário que gestores e profissionais trabalhem de forma integrada para garantir recursos e infraestrutura adequada, promovendo a expansão e consolidação das PIC no SUS.

O estudo de Silva e Belfort (2023) aponta que, apesar dos benefícios amplamente reconhecidos, a implementação das PICs enfrenta desafios, especialmente no que se refere ao preparo dos profissionais de saúde para integrar essas práticas em seus atendimentos. A enfermagem, por sua proximidade com os pacientes, desempenha um papel central na promoção e aplicação das PICs, mas muitas vezes carece de formação específica sobre essas técnicas. Assim, os autores destacam a necessidade de investimentos em capacitação e atualização profissional, tanto no âmbito acadêmico quanto no ambiente de trabalho, visando ampliar a utilização segura e eficaz das PICs na assistência a pacientes com doenças crônicas (Silva e Belfort, 2023).

Gonçalves et al. (2022) destacam desafios significativos relacionados ao uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente no que diz respeito à segurança e ao risco de toxicidade. A maior parte das espécies botânicas identificadas no estudo apresenta referências na literatura científica sobre contraindicações, riscos e potenciais efeitos adversos, que variam desde reações alérgicas e dermatites de contato até condições mais graves, como neurotoxicidade e hepatotoxicidade. Além disso, muitas dessas plantas não são recomendadas para uso por gestantes, lactantes e crianças, o que reforça a necessidade de orientação adequada e monitoramento por profissionais de saúde na APS (Gonçalves et al. 2022).

Outro desafio identificado é a presença de possíveis interações entre as plantas medicinais e medicamentos de uso contínuo, amplamente consumidos para o tratamento de doenças prevalentes nas famílias estudadas. Em 61% dos domicílios, verificou-se o uso concomitante de plantas medicinais com medicamentos, o que pode gerar interações prejudiciais. Em alguns casos, como observado em 26% das famílias, mais de 30% das espécies utilizadas apresentaram risco potencial de interação medicamentosa. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à capacitação dos profissionais da APS, visando garantir o uso seguro e integrado das plantas medicinais no contexto do cuidado primário (Gonçalves et al. 2022).

Diversos fatores podem contribuir para a ocorrência de intoxicações associadas ao uso de plantas medicinais. Entre eles, destacam-se o desconhecimento sobre as condições adequadas de cultivo e a identificação correta das espécies botânicas, além da falta de informações precisas sobre possíveis reações adversas, dosagem adequada, tempo de uso recomendado e outros cuidados necessários. Um aspecto particularmente relevante é a ocorrência de interações medicamentosas, que não se limitam apenas aos compostos químicos sintéticos, mas também podem envolver substâncias presentes em plantas utilizadas na preparação de chás, xaropes caseiros e medicamentos fitoterápicos (Gonçalves et al. 2022).

O estudo de Goés et al. (2022) evidenciou algumas limitações na orientação profissional sobre o uso dessas plantas. Identificou-se que uma parcela significativa dos participantes não informa médicos ou profissionais de saúde sobre a utilização de plantas medicinais, o que pode dificultar a avaliação de possíveis interações medicamentosas e eventos adversos. Embora a maior parte dos entrevistados não tenha relatado efeitos colaterais, um pequeno percentual, de cerca de 13%, mencionou ter enfrentado problemas relacionados ao uso. Os resultados destacam a importância de integrar o conhecimento popular com orientações técnicas seguras, visando promover o uso racional das plantas medicinais na APS (Goés et al. 2022).

Os resultados de Neves et al. (2024) destacam a importância da educação em saúde como ferramenta essencial para o uso correto da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS). Os estudos analisados evidenciaram que a principal fonte de conhecimento sobre o uso das plantas medicinais provém da cultura popular, especialmente transmitida no ambiente familiar, porém, frequentemente sem embasamento técnico-científico. Observou-se que, embora as plantas medicinais sejam amplamente utilizadas para tratar sinais e sintomas de doenças crônicas, como hipertensão arterial sistêmica (HAS) e diabetes, há riscos associados à toxicidade e às interações medicamentosas, principalmente quando não há orientação profissional adequada (Neves et al., 2024).

Além disso, o estudo ressalta a necessidade de capacitação permanente dos profissionais de saúde, em especial dos enfermeiros, para que possam atuar como mediadores entre o conhecimento popular e as práticas científicas. A ausência de formação específica sobre fitoterapia durante a graduação e a sobrecarga de trabalho nas unidades básicas foram apontadas como barreiras para a implementação efetiva das Práticas Integrativas e Complementares (PICS). Nesse sentido, os autores evidenciam que a educação em saúde desempenha um papel fundamental na promoção do uso seguro das plantas medicinais, ao possibilitar o diálogo entre profissionais e a comunidade, reduzindo a automedicação e promovendo práticas terapêuticas mais seguras e eficazes (Neves et al., 2024).

Na mesma linha de pensamento, os resultados do estudo de Ferreira et al. (2024) revelam desafios importantes, como a escassez de insumos básicos e a infraestrutura inadequada, que dificultam o desenvolvimento pleno e com qualidade dessas práticas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, 86,5% dos profissionais relataram receber apoio gerencial, embora persistam lacunas relacionadas à disponibilidade de materiais essenciais para a prática (Ferreira et al. 2024).

Outro achado relevante é o processo de educação permanente em saúde (EPS), relatado por 82,2% dos entrevistados, com destaque para ações de capacitação ofertadas pela gestão municipal e nas próprias unidades de saúde. Entretanto, mesmo com essas iniciativas, a formação em PIC ainda é considerada limitada, especialmente em cursos de nível superior, e a falta de investimentos contínuos impacta negativamente a oferta e a qualidade das práticas. A pesquisa conclui que, apesar do crescimento das PIC na APS e do esforço dos profissionais, são necessários incentivos estruturais, capacitação constante e apoio gerencial efetivo para superar as fragilidades existentes e consolidar as PIC como parte integrante e eficaz do cuidado em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) (Ferreira et al. 2024).

O estudo de Cota et al. (2024) revelou uma alta ocorrência de eventos de redundância (42,9%) e interações potenciais entre medicamentos fitoterápicos e alopáticos (28,6%), indicando riscos clínicos relevantes. Esses achados ressaltam a necessidade de monitoramento rigoroso dos pacientes que fazem uso concomitante desses produtos, especialmente considerando os riscos associados a interações medicamentosas que podem resultar em efeitos adversos (Cota et al. 2024).

Outro aspecto relevante identificado foi a desigualdade no acesso aos PMEs. Pessoas não brancas apresentaram 48% menos chance de usar esses produtos, sugerindo disparidades socioeconômicas no acesso a essa forma de terapia. Além disso, a maioria dos produtos foi adquirida em farmácias privadas (53%), em contraste com as farmácias comunitárias do Sistema Único de Saúde (SUS), que representaram apenas 45% das fontes. Isso sugere que a implementação de políticas públicas relacionadas aos PMEs ainda é limitada, mesmo em municípios com infraestrutura de saúde bem estabelecida (Cota et al. 2024).

Por fim, os resultados sugerem que, embora políticas nacionais como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) promovam o uso de fitoterápicos, sua implementação prática ainda enfrenta barreiras. O estudo reforça a importância de estratégias locais para ampliar o acesso aos PMEs no SUS, aumentar o conhecimento sobre seus benefícios e riscos entre pacientes e profissionais de saúde e garantir que essas terapias sejam seguras e

acessíveis para populações mais vulneráveis. Essas iniciativas poderiam não apenas reduzir desigualdades, mas também melhorar a qualidade do cuidado na APS (Cota et al. 2024).

O estudo de Caboclo et al. (2022) revelou que grande parte dos profissionais de saúde das Unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF) de Rondonópolis-MT apresenta lacunas significativas no conhecimento sobre fitoterapia. Cerca de 58% dos entrevistados não souberam diferenciar fitoterápicos de plantas medicinais, enquanto 53% não conseguiram citar exemplos de medicamentos derivados de plantas. Além disso, 88% dos profissionais afirmaram nunca ter realizado cursos ou disciplinas na área, o que contribui para a insegurança em prescrever e orientar o uso correto dessas terapias. Entretanto, 86% manifestaram interesse em se qualificar, indicando a demanda por formação específica.

Outro ponto relevante foi o baixo índice de prescrição e orientação sobre fitoterápicos. Entre os profissionais prescritores (médicos, enfermeiros, farmacêuticos e odontólogos), 72,1% declararam prescrever raramente ou nunca prescrever medicamentos fitoterápicos em suas práticas. Além disso, 52% dos entrevistados relataram não saber orientar os pacientes quanto ao uso correto, riscos e benefícios das plantas medicinais. Esses dados destacam a necessidade de capacitação contínua para que os profissionais possam atuar de forma mais segura e eficaz, considerando a importância dessas práticas na Atenção Primária à Saúde (Caboclo et al. 2022).

O estudo evidenciou a confiança parcial ou plena de 96% dos profissionais na eficácia terapêutica das plantas medicinais, apesar das lacunas no conhecimento técnico. Essa percepção positiva, associada ao interesse demonstrado por 86% dos participantes em se qualificar, reforça a necessidade de incluir conteúdos relacionados à fitoterapia nos currículos de formação e nos programas de educação permanente. Assim, será possível integrar a fitoterapia de forma mais segura e abrangente nas práticas assistenciais, promovendo um cuidado qualificado e culturalmente adequado aos pacientes (Caboclo et al. 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou a relevância do uso de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde (APS), abordando suas potencialidades e os desafios inerentes à sua implementação no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A análise revelou que as plantas medicinais, enquanto recurso terapêutico, possuem um valor inestimável, não apenas pela acessibilidade e baixo custo, mas também por seu enraizamento cultural, que fortalece o vínculo entre os saberes populares e científicos. Contudo, o uso dessas práticas exige cuidados específicos, como a capacitação dos profissionais de saúde e a garantia de segurança e eficácia no manejo terapêutico.

A fitoterapia tem o potencial de ser uma alternativa viável para ampliar o acesso aos cuidados de saúde, especialmente em comunidades remotas ou em situações de vulnerabilidade econômica. Sua inserção no SUS reflete um compromisso com a integralidade e equidade no cuidado, ao mesmo tempo em que resgata práticas tradicionais e valoriza a biodiversidade brasileira. Entretanto, é evidente que a implementação efetiva dessa prática enfrenta obstáculos significativos, como a falta de infraestrutura adequada, carência de insumos básicos e a insuficiência de políticas públicas consistentes que garantam recursos para sua sustentabilidade.

Além disso, o estudo evidenciou que a educação em saúde desempenha um papel essencial na promoção do uso racional e seguro das plantas medicinais. A transmissão de conhecimentos sobre essas práticas deve ir além do ambiente acadêmico, promovendo ações de educação permanente para profissionais e atividades educativas para a comunidade. Além disso, o diálogo entre o saber tradicional e o científico é fundamental para superar preconceitos e consolidar o uso dessas práticas no SUS, garantindo que sejam aplicadas de forma responsável e culturalmente apropriada.

Entre os desafios identificados, destaca-se a necessidade de ampliar a formação específica em fitoterapia nos cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde. A ausência de disciplinas voltadas para práticas integrativas e complementares limita a capacidade dos profissionais de saúde em orientar adequadamente os usuários e prescrever tratamentos seguros e eficazes. A implementação de programas de capacitação contínua, aliados a estratégias de incentivo à pesquisa científica, é crucial para preencher essas lacunas e assegurar o desenvolvimento de uma prática clínica fundamentada em evidências.

Além disso, os dados mostraram que a falta de regulamentação e a ausência de padrões de qualidade para os fitoterápicos são barreiras significativas para sua consolidação na APS. Investimentos em pesquisa etnofarmacológica e estudos clínicos robustos são necessários para validar as propriedades terapêuticas das plantas medicinais e assegurar a segurança de seu uso. A regulamentação clara e a criação de marcos legais mais abrangentes são fundamentais para integrar as plantas medicinais de maneira efetiva no SUS, fortalecendo sua cadeia produtiva e promovendo a sustentabilidade ambiental e econômica.

A valorização do conhecimento popular também é um ponto central na integração das práticas com plantas medicinais. Comunidades tradicionais desempenham um papel crucial na preservação e transmissão de saberes relacionados às plantas medicinais. Assim, políticas públicas devem incluir essas comunidades como protagonistas no processo de implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), promovendo o empoderamento local, o resgate cultural e a preservação da biodiversidade.

Por fim, a integração das plantas medicinais na APS requer uma abordagem interdisciplinar que envolva profissionais de saúde, gestores, pesquisadores e a população em geral. Essa abordagem deve considerar os aspectos culturais, sociais e econômicos relacionados ao uso das plantas medicinais, promovendo uma visão ampliada e humanizada do cuidado em saúde. É imprescindível que o SUS fortaleça as práticas integrativas como parte integrante da atenção à saúde, assegurando que essas práticas sejam acessíveis, seguras e eficazes.

Conclui-se que, para consolidar o uso das plantas medicinais na APS, é necessário um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino, centros de pesquisa e comunidades. A fitoterapia pode ser uma ferramenta poderosa para

promover a saúde integral, desde que seja aplicada com responsabilidade e respaldo científico. A adoção de políticas públicas sólidas e o fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares no SUS são passos indispensáveis para alcançar esse objetivo, promovendo uma saúde mais inclusiva, sustentável e conectada às necessidades reais da população.

REFERÊNCIAS

- ARNOUS, A. H.; et al. Plantas medicinais de uso caseiro: Conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. **Rev Esp Sal.**, v. 60, n. 2, p. 1-6, 2006.
- BRASIL. **Resolução RDC n. 10, de 9 de março de 2010.** Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União, Brasília, 9 mar. 2010.
- CABOCLO, E. K. D.; et al. Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas, Salvador**, v. 21, n. 2, p. 211-217, 2022.
- CHEROBIN, F.; et al. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 32, n. 3, e320306, 2022.
- COTA, B. B.; et al. Use of herbal medicinal products among patients in primary health care in a Brazilian southeastern city: evidence from the Prover Project. **Einstein (São Paulo)**, v. 22, p. eAO0827, 2024.
- FERREIRA, Bruno Wesley Ramalho Cirilo et al. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde em uma capital do nordeste brasileiro. **Saúde em Debate, Rio de Janeiro**, v. 48, n. 143, e9122, 2024.
- FIGUEIREDO, C. A.; GURGEL, I. G. D.; GURGEL JÚNIOR, G. D. A política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis**, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014.
- GOÉS, A. C. C.; SILVA, L. S. L. da; CASTRO, N. J. C. de. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na atenção primária à saúde. **Revista de Atenção à Saúde, São Caetano do Sul**, v. 17, n. 59, p. 53-61, 2019.
- GOÉS, A. C.; et al. Uso de plantas medicinais por usuários de um serviço de atenção primária à saúde. **Revista Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 120-153, 2022.
- GONÇALVES, R. N.; et al. Plantas medicinais na atenção primária à saúde: riscos, toxicidade e potencial para interação medicamentosa. **Revista de APS**, v. 25, n. 1, p. 120-153, 2022.
- IANK, M. A.; MORAES, E. F.; MEZZOMO, T. R.; OLIVEIRA, V. B. Conhecimento e uso de plantas medicinais por usuários de unidades básicas de saúde na região de Colombo-PR. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 8, p. 29-30, 2017.
- JAQUA, E. E.; et al. Analyzing Potential Interactions Between Complementary and Alternative Therapies, Over-the-Counter, and Prescription Medications in the Older Population. **Perm J.**, v. 28, n. 2, p. 70-77, 2024.
- KNIERIM, G. S. et al. Cultivo biodinâmico de plantas medicinais em agroflorestas na promoção de territórios saudáveis e sustentáveis: uma proposta pedagógica de formação-ação. **Saúde em Debate, Rio de Janeiro**, v. 46, n. 2, p. 149-162, 2022.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis**, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.
- MILANI, C. de M.; et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: uma análise preliminar. **CERES – Health & Education Medical Journal, São José do Rio Preto**, v. 1, n. 3, p. 150-160, 2023.
- MOHER, D.; et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.
- NEVES, P.; et al. Educação em Saúde acerca do uso da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 16, n. 2, p. 15, 2024.

SANTOS, E. de S.; et al. Uso de plantas medicinais por usuários na atenção primária á saúde: uma abordagem complementar ao tratamento convencional. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos, São Paulo**, v. 7, n. 14, p. e141132, 2024.

SILVA, A. A.; PADILHA, W. A. R. Fitoterapia e desmedicalização na Atenção Primária à Saúde: um caminho possível? **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. e2521, 2022.

SILVA, A. M. P. da; et al. A utilização de plantas medicinais na atenção primária à saúde: eficácia, segurança e integração no Sistema Único de Saúde (SUS). **Observatório De La Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 7, p. e6005, 2024.

SILVA, L. M.; BELFORT, M. G. S. A aplicabilidade das PICs na assistência de enfermagem em pacientes com doença crônica: revisão integrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama**, v. 27, n. 5, p. 2161-2174, 2023.

SOUZA FILHO, R. Y de. Garrafada: o saber popular e a abordagem. **Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura em Química**, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TEIXEIRA, G. B.; CONCEIÇÃO, A. O. da. Plantas medicinais, saúde bucal e SUS: uma difícil integração das políticas públicas no interior da Bahia? **Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 33, e33085, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Traditional Medicine Strategy: 2014-2023**. Genebra: World Health Organization, 2013.